

CONSUN APROVA NOVA PROPOSTA DE CONTRATO DOCENTE QUE MANTÉM A MAXIMIZAÇÃO

Mas os custos não estão previstos no orçamento 2012

Depois de várias sessões de discussão, o Conselho Universitário de 30/11 votou as últimas emendas à proposta de contrato docente, elaborada por uma equipe de conselheiros liderada pelo professor Marcos Wisotto.

Como já dissemos em várias edições, a proposta representa um retrocesso para os professores, pois institucionaliza a maximização dos contratos docentes. Algo que deveria ser provisório virou permanente e de uma forma avessa a todas as conquistas docentes que fizeram da PUC-SP uma das poucas universidades privadas com contrato de tempo e não de hora aula, como encaminhado agora pela proposta da Comissão.

Porém, o pior é que os professores foram pouco ouvidos no debate do texto. As grandes questões levantadas nas faculdades e em reuniões da APROPUC foram para baixo do tapete. O tempo ensino/pesquisa/exercício ficou manco, visto que a Cogeac continua compondo uma outra universidade dentro da PUC-SP, relegando-se a um segundo plano a possibilidade de composição de um contrato para o docente.

Na sessão do Consun a proposta alternativa à

da Comissão, levou somente o questionamento de que a premissa para um novo contrato seria a regimentação da ascensão e ingresso na carreira docente. Mas a Comissão entendeu que isto não era de sua alçada e a discussão sobre os representados ficou para outra oportunidade.

A tabela que poderá reger a vida dos docentes a partir do segundo semestre de 2012 é, em vários aspectos, pior do que a que está hoje em vigor, melhorando basicamente para aqueles poucos docentes que têm pesquisa institucional. Mesmo assim ela irá representar uma elevação de cerca de 11% nas horas acadêmicas da folha de pagamento.

ORÇAMENTO

A implantação da proposta esbarra em um sério entrave: a previsão orçamentária apresentada pela PUC-SP no Consun (veja matéria na página 3) prevê um valor para alterações contratuais abaixo daquele previsto pela proposta aprovada.

O texto aprovado segue agora para a reitoria e depois, durante os primeiros meses de 2012, deverá ser discutido com a Fundação São Paulo para a aprovação final no Conselho de Administração (Consad).



O cacique Ládio Verón fala no ato em defesa dos índios Guarani-Kaiowá, tendo ao lado o indígena Sassá Tupinambá e a professora Bia Abramides

Ato denuncia perseguição ao povo Guarani-Kaiowá no MS

A APROPUC, em parceria com diversas entidades, realizou no último dia 29/11, no auditório 333, um ato contra o genocídio do povo Guarani-Kaiowá. O ato foi motivado por uma série de ataques de grandes latifundiários contra acampamentos indígenas em várias localidades no estado do Mato Grosso do Sul (MS). O cacique Nísio Gomes, sua esposa, seis crianças e três adolescentes foram mortos durante a invasão dos jagunços.

O cacique Ládio Ve-

rón, que sobreviveu aos ataques, compareceu ao ato para relatar a situação de barbárie que vem passando os indígenas. "Venho a São Paulo trazer o clamor do povo guarani-kaiowá. Perdemos pelo menos 28 lideranças indígenas e 14 crianças entre 2002 e 2010. Quantas outras mortes serão necessárias para o nós sermos ouvidos?", indaga Ládio, filho do cacique Marco Verón morto em 2003.

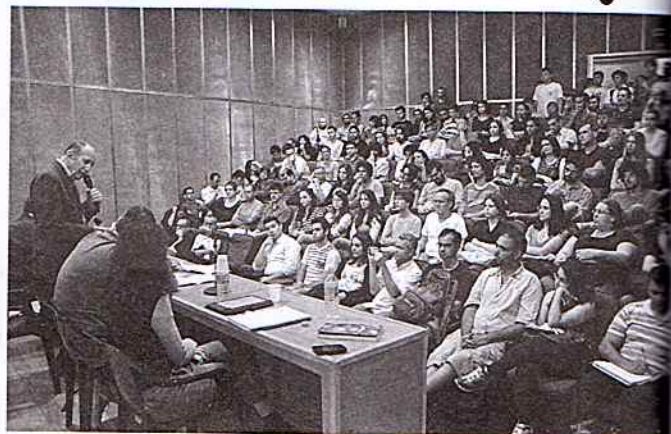
Veja a cobertura completa do evento na página 4 desta edição.

Crise do capital é tema de debate em lançamento de livro de David Harvey

Na última quinta-feira, 1/12, às 19h30, aconteceu no mezanino do TUCA (sala Paulo Freire) o debate "Ocupar o mundo, a crise do capital e as perspectivas do socialismo", organizado pela APROPUC, em parceria com a Editora Boitempo. Estiveram presentes ao debate Paul Singer, economista e secretário nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho; Mariana Fix, arquiteta, urbanista e doutora em desenvolvimento econômico; e Ruy Braga, professor de Sociologia da USP. O evento também marcou o lançamento do livro "Enigma do Capital", de David Harvey, é da Revista Margem Esquerda nº 17.

Em sua fala, a urbanista Mariana Fix fez uma análise profunda sobre a crise sistêmica do capital. "O capitalismo não resolve suas crises, ele as desloca para outras regiões, ou setores da economia", afirmou.

O professor Ruy Braga, por sua vez, falou sobre a forte reação da juventude e da classe trabalhadora contra os efeitos da crise econômica. Para ele, o capitalismo neoliberal forjou uma juventude precarizada, que agora se volta contra o sistema. "Essa juventude olha para a classe política, para os partidos políticos, e vê que não conseguirá resolver os seus problemas nessa esfera. Isso cria uma espécie de 'sujeito coletivo' que



Na mesa do debate a intervenção de Paul Singer, tendo ao lado Ruy Braga, Mariana Fix, sob a mediação de Kim Dória.

passa a lutar por direitos sociais, contra a exploração econômica", afirmou.

Paul Singer apontou a Economia Solidária como uma possível estratégia para a superação da crise econômica. "Uma crise à qual eu chamaria de tragédia foi a

abertura do mercado nos anos 1990, dando origem à Economia Solidária que surgiu em reação a isso, como estratégia de sobrevivência. As pessoas precisam sobreviver e surgiram experiências na época quase desconhecidas".

Sarau promove último encontro do ano

Na sexta-feira, 25/11, aconteceu o último sarau da APROPUC de 2011. Durante toda noite professores, alunos e funcionários ouviram boa música, que ficou a cargo de duas bandas de música brasileira e poesia, por conta dos professores da casa. Durante o evento, a professora Bia Abramides e outros integrantes da Rede de

Proteção a Militantes Ameaçados de Morte, fizeram uso da palavra relatando a triste situação em que se encontram lideranças indígenas, quilombolas e militantes ameaçados pelas polícias locais e pelo grande capital em todo país. O sarau da APROPUC voltará em 2012, sempre na última sexta-feira de cada mês.



No "Sarau Saidero" da APROPUC, acima, a presença da banda Trup Zup e a professora Bia Abramides. Abaixo o professor Jorge Claudio Ribeiro lê suas poesias e à direita o samba rock de Fernando Gatti, Luiz Carlos, Bili e Claudio Diniz.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Na proposta de orçamento para 2012 mensalidades sobem entre 11 e 15%

Ainda na reunião da quarta-feira, 30/11, do Conselho Universitário (Consun), foi apresentada pela Reitoria a proposta orçamentária para 2012. O reitor Dirceu de Mello salientou que, pelo estatuto da universidade a discussão, deveria iniciar-se no Conselho de Administração (Consad) para depois ir ao Consun, mas os secretários-executivos da Fundação São Paulo tiveram posição diferente do reitor no último Consad, obrigando que a discussão tivesse seu início no Consun.

O *controller* da PUC-SP, Mario Cândido iniciou a apresentação da proposta mostrando uma comparação entre os resultados obtidos até outubro de 2011, e aquilo que estava previsto no orçamento inicial. A comparação dos dados mostrou um déficit de aproximadamente R\$ 17 milhões, quando era esperado um pequeno superávit para este ano.

Os grandes vilões foram o aumento das despesas operacionais, as dívidas trabalhistas que tiveram que ser pagas durante o ano, a inadimplência que cresceu, mas fundamentalmente uma evasão superior àquela prevista. Segundo o *controller* esta diminuição não é exclusiva da PUC-SP, mas está presente em outras universidades particulares de São Paulo.

11 A 15% NAS MENSALIDADES

Esta situação fará com que mais uma vez a corda

rompa para o lado dos estudantes e trabalhadores da casa: o aumento previsto no orçamento para as mensalidades variará entre 11% para graduação e pós e 15% para a Cogeaec. Para os professores está prevista somente a reposição de 7,5% já incluídos os ganhos com produtividade.

A universidade pagou neste ano uma elevada quantia (mais de R\$ 4 milhões) com dívidas trabalhistas, rescaldo das demissões de 2006, nas quais tanto a AROPUC como a AFAPUC apontavam o quanto custaria aquela atitude impensada.

Esses números obrigaram que o orçamento ficasse em torno de parâmetros bem limitados e, embora o Consun tenha aprovado um contrato de trabalho que onera sobremaneira a folha de pagamento docente mesmo mantendo a maximização, não há previsão para estes recursos.

Para que a universidade não enfrente nova situação de déficit em 2012, o setor financeiro apontou como solução esse aumento de mensalidade, o que redundaria, juntamente com outras medidas, em um superávit de R\$1.426 milhão.

UNIVERSIDADE E FUNDAÇÃO

O reitor Dirceu de Mello questionou também a forma como era apresentado o orçamento naquele momento. Para o reitor duas grandes fontes de déficit são o Hospital Santa

Lucinda e a Deric, que hoje estão diretamente vinculados à Fundação e não deveriam aparecer no orçamento da universidade.

A discussão do orçamento deve se prolongar bastante, pois várias questões começaram a ser co-

locadas pelos conselheiros. Por isso, o reitor Dirceu de Mello marcou uma sessão extraordinária para esta quarta-feira, 7/12, para discutir exclusivamente o orçamento e o plano de trabalho da universidade para 2012.

Vestibular, mensalidades e condições de trabalho

Embora os números de inscrições do vestibular tenham apresentado uma ligeira melhora (21.600 candidatos em 2011 contra 19.800 em 2010), a situação de inscrição em cursos de baixa procura permaneceu a mesma. Vários cursos terão que parar as suas atividades em 2012 por ter menos alunos que os critérios estabelecidos pela PUC-SP para seu funcionamento.

Essa situação obriga a universidade a entrar no velho círculo vicioso: aumenta-se a mensalidade para cobrir o déficit com um número menor de alunos, o que causa inadimplência e evasão, aumentando o buraco no orçamento.

A APROPUC vem colocando, juntamente com outros setores da universidade, a necessidade de uma política de mensalidades diferente desta que hoje é aplicada, ficando os cursos de baixa procura com preços diferenciados. Porém a universidade continua

a utilizar-se do velho esquema de aumento de mensalidade para cobrir o vermelho no saldo final do balanço. Dessa maneira continuará a tendência de uma universidade elitizada e que vai diminuindo seus quadros discentes ano a ano.

Na outra ponta estão os professores, arrojados cada vez mais, tendo que trabalhar mais horas a cada ano para ganhar o mesmo salário. Neste ano um novo fantasma passa a assombrar a vida dos docentes da PUC-SP: a proposta aprovada no Consun mantém as condições da maximização e, em vários casos, até piora a situação do docente que tem os ganhos exclusivamente em sala de aula.

A representação estudantil no Consun, em contato com o PUCviva, apontou a sua indignação quanto ao aumento proposto e pretende promover ações para questionar a medida nas próximas semanas.

Cacique denuncia genocídio indígena no Mato Grosso do Sul

No ato de 29/11, o Cacique Ládio, que teve que se esconder na mata dos jagunços contratados pelos grandes latifundiários da região, contou ainda que o povo Guarani-Kaiowá está sendo expulso de suas terras sendo obrigado a viver em condições precárias na beira de estradas, se sujeitando a constantes atropelamentos. "Estamos espremidos entre a soja, a cana, e a estrada, vivendo em barracas de lona sem ter o que comer. Nós estamos jogados na beira da estrada como lixo", disse Ládio.

A principal reivindicação dos Guarani-Kaiowá é a demarcação de 43 terras, algumas já reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e que aguardam a assinatura presidencial desde 2007. "Entra um governo e não demarca terras, entra outro que foi à nossa aldeia prometer que demarcaria, e até agora nada", afirmou Ládio.

"Diversos laudos de demarcação de terras foram concluídos em 2007, mesmo ano que o governo Lula assinou acordo com os Estados Unidos para produção



Da esquerda para direita: o Cacique Ládio retrata a perseguição aos indígenas do Mato Grosso do Sul, a militante Lúcia Skromov e o poeta Binho.

de etanol. Desde então foram construídas 17 usinas, e nenhuma terra indígena foi demarcada", afirmou Sassá Tupinambá, militante do Movimento Indígena Revolucionário (MIR), que esteve no Mato Grosso durante os ataques.

AGRONEGÓCIO

O cacique Ládio relatou que as plantações de soja, cana de açúcar e os pastos de gado devastaram a região. "A terra está nua, não tem árvore. É um deserto de cana, gado e soja", afirmou o lí-

der indígena.

Ele relatou ainda que muitas crianças sofrem de desnutrição. "Não tem comida para todos nas aldeias, muitas vezes os adultos dão raiz crua de árvore para que as crianças e os idosos tenham o que comer", afirmou Sassá. "Nós não queremos cesta básica, nós queremos nossa terra para plantar. A nossa sobrevivência depende disso", completou Ládio.

Para a professora Bia Abramides, presidente da APROPUC, "vivemos em uma situação de barbárie

social onde o Estado brasileiro, a serviço do grande capital, destrói direitos sociais fundamentais, seja de indígenas, quilombolas, estudantes ou pescadores".

Apesar de todo o cenário de repressão e de destruição de condições mínimas de sobrevivência, o povo Guarani-Kaiowá promete continuar resistindo. "Nós não vemos recuar, vamos lutar até o final. A nossa briga é para podermos viver nas terras de nossos ancestrais, e que, portanto, são nossas por direito", afirmou Ládio.

Rede de Proteção amplia suas parcerias

A Rede de Proteção a Militantes Ameaçados de Morte se reuniu mais uma vez na última quarta-feira, 30/11. Na reunião estavam presentes representantes da APROPUC, Comitê Pró Haiti, LER-QI, Tekoa Guarani, Inverta, além de várias pessoas interessadas no trabalho da Rede.

Na ocasião, relatos do ato em defesa dos indígenas do Mato Grosso do Sul foramfei-

tos, e demandas urgentes da Rede debatidas. A Rede vem buscando apoios para que possa ter uma estrutura financeira adequada frente às suas necessidades cada vez mais urgentes.

Entre os contatos realizados, está o padre Beozzo, organizador do curso de verão da PUC-SP, que se sensibilizou muito com a pauta. Beozzo demonstrou interesse em contribuir com a Rede de Proteção e

abriu espaço para realização de atividades durante o curso de verão. A princípio, será realizado no dia 7/1 um debate com diversas lideranças de movimentos sociais do país, além de divulgação em atividade no TUCA.

Parcerias internacionais, com intermediação da Igreja Católica, também estão sendo buscadas. Para contribuir com essa negociação, a Rede marcou o um encontro com o ex-cardeal,

Dom Claudio Hummes nesta semana.

Também aconteceu na semana passada uma reunião entre a APROPUC e a reitoria para discutir o engajamento dos órgãos representativos da universidade nas atividades da Rede de Proteção. O reitor prometeu que o assunto será pautado nos conselhos superiores da universidade nas primeiras sessões de 2012.

FALA COMUNIDADE

O avesso da vida na perspectiva da Fundação São Paulo

Ellen Araújo

A distância que a Fundação São Paulo mantém dos alunos, professores e demais funcionários da PUC-SP é de conhecimento de todos da nossa comunidade acadêmica. Mas poucos realmente sabem o que se passa no interior do edifício, na Rua João Ramalho. Acompanhei uma amiga até o departamento de Recursos Humanos, ontem (28/11) e hoje (29/11). Ela trabalhou durante 16 anos para nossa universidade, ou seja, uma vida. Por motivos de saúde (tudo devidamente documentado) ficou afastada de 21/09 a 27/11 do corrente ano. Ao retornar, solicitaram que assinasse suas férias. Porém, no dia

seguinte, recebeu a carta de demissão.

Talvez você, que lê este artigo, já tenha tido o prazer de ser atendido, na biblioteca, pela Ângela Brito. Uma funcionária sempre simpática e muito competente. Foi assim que ela conquistou a minha amizade e de tantos outros estudantes e funcionários; a admiramos como profissional e principalmente como ser humano. Diante do ocorrido, não vamos fechar os olhos e fingir que não vimos. Não vamos concordar com mais uma atitude arbitrária da Fundação. Porque não queremos ser cúmplices de uma política que descarta pessoas como embalagens. Desta vez, quebraremos o silêncio.

"Minha saúde começou

a se deteriorar na universidade. A chefia não queria esse tipo de bom relacionamento com o aluno. Iniciei tratamento, sem prejudicar minhas funções. Eles sabiam que eu estava doente, e que ainda estou. Sinto-me arrasada. É como se 16 anos não significassem nada".

Há dois anos, Ângela precisou ser afastada, então veio a primeira tentativa de demiti-la. Ao entregar o atestado em mãos para o Reitor Dirceu de Mello, ele próprio fez questão de tranquilizá-la e assegurar sua permanência. A agora ex-funcionária, ainda em estado de choque pela abrupta ruptura e segurando as lágrimas, desabafa: "Quem vai querer uma pessoa na minha idade, com o meu estado de saúde? A

gente não espera uma mudança dessas de 360° na vida da noite para o dia. Minha maior preocupação no momento é a minha família. Nunca deixei faltar nada em casa, tenho que pagar os estudos do meu filho, isso é sagrado".

Talvez, para a Fundação, trata-se apenas de um funcionário a menos, um caso a mais que deveria passar batido. Mas eles esquecem que, muitos de nós, quando escolhemos nos formar pela PUC-SP, almejamos contribuir para uma sociedade mais justa, um mundo mais humano, portanto, jamais seremos cidadãos passivos.

Ellen Araújo é aluna do 4º semestre de Pedagogia

Professores lançam novos livros

Na terça-feira, 29/11, foi lançado na Livraria Cortez, o livro Educação em engenharia - novas abordagens, editado pela EDUC, editora da PUC-SP, com a organização de Luiz Carlos de Campos, Ely Antonio Tadeu Dirani e Ana Lúcia Marinque.

O livro aborda a necessidade do novo profissional de engenharia se adaptar às mudanças globais, "O engenheiro do futuro deverá estar preparado para resolver vários tipos de problemas, para trabalhar com tecnologias que ainda não existem e administrar empresas que estão surgindo a cada momento,

além de ter habilidades de comunicação oral e escrita e a trabalhar em equipe."

DROGAS EM DEBATE

Com grande relevância para sociedade brasileira, frente as recentes manifestações pelo livre debate e consumo de drogas, e principalmente pela grande repressão sofrida, foi lançado o livro "O fim da guerra - A maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas", Denis Russo Burguerman. O livro detalha as experiências dos sistemas



Da esquerda para direita os professores Luiz Carlos de Campos, Ana Lúcia Marinque e Ely Antonio Tadeu Dirani.

da Holanda, Califórnia, Espanha, de Portugal e do Marrocos, onde a abordagem sobre o consumo é diferenciada, e traz um en-

foque especial sobre a maconha, já que dos 210 milhões de usuários de drogas ilícitas do mundo, 165 milhões usam maconha.

GAUCHE NA VIDA

A grilagem recorde

Lúcio Flávio Pinto

A maior propriedade rural do mundo deixou de existir legalmente na semana passada. O juiz Hugo Gama Filho, da 9ª vara da justiça federal de Belém, mandou cancelar o registro imobiliário da Fazenda Curuá, que consta dos assentamentos do cartório de Altamira, no Pará. O imóvel foi inscrito nos livros de propriedade como tendo nada menos do que 4,7 milhões de hectares.

Seu suposto proprietário podia se considerar dono da 23ª maior unidade federativa do Brasil, com tamanho superior ao dos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe e do Distrito Federal. Suas pretensões poderiam ainda exceder essas dimensões. Através de outros imóveis, pretendia alcançar uma área de 7 milhões de hectares, duas vezes e meia o tamanho da Bélgica, país onde vivem mais de 10 milhões de habitantes.

Como uma pessoa - física ou jurídica - consegue se apresentar como detentor de uma área dessas proporções e se manter nessa condição por tanto tempo, como aconteceu no caso da Fazenda Curuá?

Responder a esta pergunta de maneira satisfatória e eficaz pode contribuir para fortalecer o primado da lei nos "grotões" do país, as distantes e geralmente abandonadas fronteiras nacionais. De forma inversa, manter tal anomalia significa perpetuar o domínio da violência e do respeito às regras da vida coletiva e ao superior interesse público.

Em primeiro lugar porque o Estatuto da Terra, editado pelo primeiro governo militar pós-1964, o do marechal Castelo Branco, continua em vigor. Esse código agrário sobreviveu à Constituição de 1988 e se revelou superior em confronto com as regras da Carta Magna. O estatuto, com seu propósito de modernizar o campo brasileiro (mesmo que de forma autoritária, à semelhança do que fez o general MacArthur com o Japão ainda semi-feudal, derrotado pelos americanos na Segunda Guerra Mundial), proíbe a constituição de propriedade rural com área acima de 72 mil hectares (ou 600 vezes o maior módulo rural, o destinado ao reflorestamento, com 120 hectares).

A Fazenda Curuá foi registrada com quase 60 vezes o limite legal. Por que o cartório legalizou a matrícula do imóvel com sua fé pública, ele que é serventuário de justiça, sujeito à polêmica (e questionada pelo Conselho Nacional de Justiça da ministra Eliana Calmon) Corregedoria de Justiça do Estado?

A apropriação ilegal de terras públicas, fenômeno a que se dá a qualificação de grilagem, é simples, embora de aparência complexa para o não iniciado nos seus meandros. Ainda mais porque lendas são criadas em torno da artimanha dos espertos e passam a ser apresentadas como verdade.

Muita gente acredita que a expressão grilagem se deve à prática dos fraudadores de colocar papéis para envelhecer artificialmente em gavetas com grilos.

A verdade é menos engenhosa. A origem é romana e diz respeito ao fato de que a terra usurpada serve para a especulação imobiliária e a formação de latifúndios improdutivos. Tanta terra não cultivada acaba servindo de pasto para grilos. Uma maneira de estigmatizar o roubo de terras públicas de forma popularizada.

O espantoso, no caso da Fazenda Curuá, é que o golpe tenha se mantido por tantos anos. A ação de cancelamento foi proposta em 1996 pelo Instituto de Terras do Pará. Apesar de ter provado que nenhum título de propriedade havia na origem do imóvel, a justiça estadual manteve o registro incólume, decidindo sempre contra o órgão público. Até que o Ministério Público Federal e outros órgãos da União conseguiram desaforar o processo para a justiça federal, que, afinal, reconheceu a ilegalidade da propriedade e cancelou o registro.

Essa tramitação acidentada e pedregosa seria evitada se a justiça do Pará tivesse realmente examinado as provas dos autos. Nelles está demonstrado que o uso das terras no rico vale do Xingu, onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte e agem com sofreguidão madeireiros e fazendeiros, começou em 1924.

Moradores da região foram autorizados a explorar seringueiras e castanheiras localizadas em terras públicas, através de concessões com tempo determinado de vigência e para fim específico. Exaurida a atividade extrativa vegetal, a

área deixou de ter uso, algumas pessoas decidiram inscrevê-la em seu nome. Como os cartórios não se preocupavam com o registro da iniciativa, até mesmo as vendas em jogo deram corpo à transmissão da inexiste te propriedade de um detentor para outro, formando cadeias sucessórias.

A lesão ao patrimônio público por causa de práticas ilícitas permaneceu latente até que uma das maiores empreiteiras do país colocou os olhos no mundo de águas, florestas, solos e animais. A R. Almeida, criada no Paraná por um polêmico engenheiro, Cecílio do R. Almeida, que nasceu no próprio Pará, comprou uma firma de Altamira por preço vil (sem sequer pagar por inteiro).

No ativo da firma estavam as terras cobijadas. Não conseguindo regularizá-las pela via legal, por ser impossível, o empreiteiro decidiu se apossar da área à base do fato consumado e passando por cima de quem se colocasse no seu caminho. Montou uma pequena base no local, contratou seguranças, seduziu os índios vizinhos e fez uso da máquina pública que se amoldou à sua vontade. Os que resistiram à grilagem foram levados às barras dos tribunais, que sempre decidiram em favor do grileiro.

Os magistrados da justiça estadual não se sensibilizaram sequer pela publicação do Livro Branco da Grilagem, editado pelo Ministério da Reforma e d

continua na próxima página

continuação da
página anterior

Desenvolvimento Agrário, que não deixava dúvida sobre a fraude praticada. Nem pelos resultados das comissões parlamentares de inquérito instauradas em Belém e em Brasília. Ou pelas seguidas manifestações de todas as instâncias do poder público, estadual e federal. Enquanto exerceu sua jurisdição sobre o caso, a justiça do Pará ficou ao lado do grileiro e de seus herdeiros, quando ele morreu, em 2008.

Foi preciso que o processo chegasse à justiça federal para, finalmente, 15 anos depois da propositura da ação pelo Iterpa, secundado por outros agentes públicos, a situação se invertesse. Não é ainda uma decisão definitiva. Os herdeiros da C. R. Almeida deverão recorrer. Mas já sem o registro cartorial que lhes permitia manipular terras como se fossem os donos do 22º maior Estado brasileiro.

Quem sabe, a partir de agora, a intensa grilagem, um dos males que assola a Amazônia, não possa refluir?

Lúcio Flávio Pinto é editor do *Journal Pessoal*, newsletter quinzenal que circula em Belém desde 1987.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Ato exige fim dos processos contra estudantes da USP

Aconteceu no dia 3/12, no Teatro Coletivo, na Rua da Consolação, um ato em defesa dos 73 presos políticos da USP. Estiveram presentes no ato os professores Francisco de Oliveira, Jorge Grespan, Jorge Luís Souto Maior, Luiz Renato Martins, Rafael Alves, estudante processado e preso político, Claudionor Brandão, demitido político, Aníbal Cavali, funcionário processado, além de diversos outros diretores do Sindicato dos Funcionários da USP (Sintusp).

Os estudantes foram presos após ação truculenta da Polícia Militar para reintegração de posse do prédio da reitoria da USP, ocupada para reivindicar, entre outras pautas, o fim do convênio entre a PM e a universidade.

Em nota, os organizadores afirmaram que "concordando-se, ou não, com o método de luta utilizado ou

com o mérito da causa defendida, o fato é que o indiciamento dos manifestantes, ainda mais considerando a força policial totalmente desproporcional que foi utilizada, representa uma forma de criminalização da política, uma repressão aos movimentos sociais, um atentado à democracia e uma agressão aos Direitos Humanos, visto que a Declaração Universal, de 1948, garante a liberdade de opinião e de expressão (art. 19), preconizando que cumpre ao Estado de Direito respeitar o exercício da ação política de natureza reivindicatória, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão".

A APROPUC, e a Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte estiveram presentes no ato, e apóiam as reivindicações dos estudantes.

Plebiscito pelos 10% do PIB entra na reta final

O plebiscito que reivindica a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública entra, nessa semana, em sua reta final. Os interessados em participar da iniciativa têm até o dia 6/12 para votar. A APROPUC manterá em sua sede uma urna até o encerramento da campanha. Durante a semana passada várias urnas foram abertas no campus Monte Alegre, sendo coletados aproximadamente mil votos. Até mesmo o reitor da universidade, Dirceu de Mello, participou do plebiscito.

A campanha está sendo organizada por diversas or-

ganizações desde o começo do ano, e visa influenciar o debate em torno da aprovação do novo Plano Nacional da Educação (PNE), que deve acontecer ainda este ano no Congresso Nacional. O PNE define todas as metas para educação para os próximos dez anos. Um dos pontos mais polêmicos é o debate sobre o financiamento para a educação. A proposta do governo federal é que sejam investidos 7% do PIB na área até 2020. Os organizadores do plebiscito acreditam que esse valor é insuficiente para democratizar o acesso à educação.

Entidades lançam campanha "Sem Teto, Com Vida"

O Movimento das Fábricas Ocupadas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), os Sem Terras de Campinas organizarão no dia 8/12, das 9 às 15h, um ato no vão livre do MASP para o lançamento da campanha "Sem Teto, Com Vida".

As entidades se reuniram no último dia 12/11 e discutiram a necessidade de articular uma luta conjunta dirigida ao governo federal no sentido de apontar as desapropriações como medidas urgentes da pauta de luta das entidades.

Em nota, as entidades afirmaram que "no campo o governo não deu nenhum passo para a mínima aplicação da constituição desapropriando as terras para a reforma agrária e entrará para a história como não tendo realizado nenhum assentamento no primeiro ano de governo".

As principais reivindicações da campanha são: desapropriação já da fábrica ocupada Flaskô; Desapropriação já das moradias do acampamento Dandara e Zumbi; Desapropriação já por reforma agrária da área do Sítio Boa Vista em Americana (SP); Não à criminalização dos Movimentos Sociais.

As entidades ainda acrescentam "É hora de acabar com a especulação imobiliária desapropriando terrenos para construção das moradias para as famílias. No campo é necessário desapropriar as terras para a reforma agrária popular e sob o controle dos trabalhadores."

ROLA NA RAMPA

AFAPUC promove festas em São Paulo e Sorocaba

A AFAPUC realizará neste mês sua tradicional festa de confraternização de final de ano. Para os funcionários da PUC-SP, na cidade de São Paulo, as comemorações serão no dia 23/12, às 12h, no campus Santana, com shows de samba, sertanejo e forró. Os convites devem se retirados na secretaria da Associação até o dia 22/12, em horário comercial, e os dos dependentes poderão ser descontados em três vezes na folha dos associados. A identificação é obrigatória e não serão vendidos convites na entrada da festa. Maiores

informações pelo telefone (11) 3670-3391, falar com Patrícia. Já em Sorocaba, a festa será na chácara Lula-Lele, no dia 17/12 a partir das 12h30, com show de pagode e DJ. Para sócios e dependentes até 12 anos a entrada é gratuita. Já dependentes acima de 12 anos deverão desembolsar R\$ 50,00, funcionário não associados R\$100,00 e os dependentes de associados poderão ter seus valores descontados em folha até duas vezes a partir de R\$ 100,00. Informações pelos telefones (15) 3212-9905, falar com Claudemir.

AFAPUC realiza promoção de natal

A AFAPUC promove, entre os dias 5 e 9/12, a promoção de vendas de panetones para seus associados. Os preços dos doces variam de R\$ 5,90 a R\$ 61, e podem ser parcelados em duas vezes, com desconto em folha de pagamento. A sede da AFAPUC fica no 7º andar da Fundação São Paulo, e a entidade permanece aberta entre às 8h e às 17h. Para maiores informações ligar no telefone 3670-3391.

Em Sorocaba equipamentos são interditados pelo Sesmt

Depois das denúncias publicadas pelo *PUCviva* o Sesmt, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, da PUC-SP indicou a interdição da geladeira da sala de necropsia do Hospital Santa Lucinda. As mudanças na sala de necropsia deveriam ser feitas através de um projeto com o governo do Estado de

São Paulo, que está em compasso de espera. No entanto a sala já não apresentava as mínimas condições de salubridade, prejudicando o trabalho dos funcionários e as atividades dos estudantes. Assim, enquanto aguarda a concretização do convênio o diretor José Martinez estará procedendo a reforma da geladeira.

Professores de inglês participam do Projeto Mercado

Com a proximidade da Copa do Mundo a Prefeitura de São Paulo em parceria com a PUC-SP, está desenvolvendo um projeto de capacitação dos funcionários dos boxes do Mercado Municipal, para que possam auxiliar visitantes falantes de inglês - e posteriormente francês e espanhol - em suas necessidades no espaço do Mercado. O projeto se inicia com o Mezanino, área dos restaurantes, com um grupo de 20 alunos - todos garçons e atendentes dos restaurantes e lanchonetes. O

objetivo do projeto é atingir todo o mercado. As aulas foram iniciadas na semana passada e o Jornal Nacional realizou uma matéria sobre o curso, entrevistando a Profª Haydée Roveratti, pró-reitora da Cogeia, e Angela Lessa, do departamento de Inglês, que está coordenando este projeto além do Prof. João Batista e alguns estudantes. A PUC-SP não recebe nenhum valor da Prefeitura pela parceria, mas em contrapartida fará propaganda institucional da universidade.

Festival de Música Independente acontece nesta semana

Nos dias 7 e 8/12, acontece no TUCA o 2º Festival de Música Independente da PUC-SP. A promoção do evento é da PUC-SP, através da pró-reitoria de Relações Comunitárias, em parceria com PAC, CA Benevides Paixão, CARI e CACS, além de colaboração do CUCA. A abertura será realizada pela banda FolkLore, na quarta-feira, às

18h50, seguindo pelo Trio José, Nome Provisório Ltda Baoba Stereo Club, Entocados do Pontal e Mojito, encerrando a noite. Cada banda terá 40 minutos para se apresentar. Na quinta-feira as apresentações seguem com Vulgo Elemento, Caos do Subúrbio, Pinãta, Coquetel, Mizinfi e os Alquimistas e, por fim, Hemo & Caos.

Estudante de jornalismo faz exposição sobre Belo Monte



Na sexta-feira, 2/12, foi inaugurada no saguão do Tucarena a exposição *Aos Montes*, de André Solnik, estudante de Jornalismo da PUC-SP. A exposição segue até dia 18/12 e conta com

fotografias e vídeos, retratando a vida da população paraense afetada pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, e conta com a curadoria do Prof. Salomon Cytrynowicz.